



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N° , DE 2011
(do Sr. Delegado Waldir)

Solicita que seja convocado o Senhor Ministro da Justiça, para prestar esclarecimentos sobre a existência de acordos tácitos entre o Estado brasileiro e o crime organizado.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, inciso IV, e o art. 219, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, para prestar esclarecimentos sobre a existência de acordos tácitos entre o Estado brasileiro e o crime organizado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O portal G1 publicou reportagem, no dia 24/03/2011, sob o título: "Estado não pode fazer 'acordo tácito' com crime organizado, diz Cardozo". Diz a notícia:

"O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou na tarde desta quinta-feira (25) em São Paulo que "o governo tem que parar de fazer de conta que o crime organizado não existe e enfrentá-lo", em vez de "fazer acordos tácitos" com ele. Segundo o ministro, esta "é uma postura histórica" no Brasil que "infelizmente acontece de nossos governantes".

"O Estado tem que reconhecer a presença do crime organizado e combatê-lo, não adianta fingir que ele não existe. Ele infelizmente existe, e nós temos que ter a coragem para enfrentar o crime organizado. Ele é um problema, ele é uma realidade, uma triste realidade e tem que ser combatida", disse Cardozo. "Não adianta fechamos os olhos quando nós temos um problema, fechamos os olhos e sonhamos que as coisas são como não são. Isso, obviamente não muda em nada a realidade", acrescentou ele.

O pronunciamento ocorreu durante palestra de Cardozo no seminário "Segurança Pública: Uma visão de futuro", que reúne autoridades nacionais na área até sexta-feira (26) na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Questionado, durante entrevista à imprensa, sobre se a expressão "pactos tácitos" que usou durante a palestra se referia a algum evento real, o ministro disse que não estava se referindo "a nenhum caso concreto".

"Eu falei que **existem acordos tácitos**, ou seja, eu finjo que ele não existe e ele continua lá. É uma situação que é generalizada e ocorreu em muitas situações da história brasileira. Em que a criminalidade organizada existe e você finge que ela não existe para você conviver com ela, como se fosse possível conviver com situações perigosas e tão potencialmente perigosas como essa", disse o ministro.

"Não estou me referindo a nenhum caso concreto. Estou me referindo a uma postura histórica, que infelizmente às vezes acontece dos nossos governantes", acrescentou Cardozo.

Durante a palestra, o ministro defendeu maior integração entre Executivo, Legislativo e Judiciário no combate ao crime e também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

entre as polícias Federal e estaduais. Ele diz que pretende criar um banco de dados nacional sobre segurança pública que pode ser atualizado em tempo real para indicar os locais onde os índices criminais estão aumentando e que necessitam maior investimento público. "Se não tivermos uma integração entre todos os entes federativos não teremos uma política pública eficaz voltada para a segurança pública", disse.

O Jornal O Globo, em sua edição impressa de 25/3/2011, também publicou notícia de mesmo teor:

"Estado faz "pacto tácito" com crime organizado

José Eduardo Cardozo afirmou que o governo de Dilma Rousseff, assim como o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem trabalhado para fazer parcerias com estados e municípios e que ele tem visitado vários estados brasileiros conversando com secretários de Segurança. Na opinião dele, a integração dos entes federativos é fundamental para que a União tenha dados atualizados sobre criminalidade e possa haver um plano nacional de segurança mais eficaz.

O ministro da Justiça disse também que o poder público precisa reconhecer a presença do crime organizado no Brasil para poder combatê-lo, e não pode fingir que ele não existe.

- Ou o Estado brasileiro enfrenta o crime organizado para valer e para de fingir que ele não existe, para de fazer pactos tácitos com o crime organizado, ou vamos continuar com essa situação crescente (de criminalidade) - disse. - Eu digo acordos tácitos no sentido de fingir que ele não existe."

A matéria está dentro do âmbito de competência e atribuições desta Comissão, nos termos do art. 32, inciso XVI, alíneas "d", "e", "g" e "h", do Regimento Interno, tendo em vista que se refere à Segurança Pública. O fato é da maior gravidade, visto que dá conta de possível relação entre Estado e crime organizado. Em especial, a notícia é preocupante para a sociedade brasileira por tratar-se de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

declaração pública do Ministro da Justiça, que tem sob sua tutela e controle hierárquico o Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional, bem como a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Nesse sentido, solicitamos as membros desta Comissão a aprovação do presente requerimento, convocando o Sr. Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos acerca dos fatos abordados.

Sala das reuniões, em de abril de 2011.

Deputado Delegado Waldir